

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Que comece a festa

À hora em que escrevemos este Editorial desconhecemos a decisão do Presidente da República sobre o futuro da governação dos Açores, mas depois de ouvir o deputado do PAN a garantir que se abstém, novamente, se for apresentado um segundo plano e orçamento, o mais provável é que Marcelo dissolva o parlamento e marque eleições antecipadas.

Sem maioria para fazer aprovar uma segunda versão dos documentos, é a atitude mais sensata e inevitável.

Todos estes episódios, após o que aconteceu no parlamento com o “chumbo” do orçamento, já se estavam a tornar penosos e demasiado confusos no quadro da estabilidade política.

A enorme dependência da coligação perante o Chega, o PAN e o deputado independente constituía, ela própria, uma instabilidade que iria acabar mal.

Ver o líder da coligação a encetar novas negociações com partidos que quebraram o acordo inicial constitui uma sujeição política nada aconselhável neste cenário de instabilidade.

Com eleições antecipadas clarifica-se o quadro político e dá-se oportunidade aos eleitores para julgarem o governo e o modo como os partidos se comportaram nestes últimos três anos.

Continuamos a defender que, a haver eleições antecipadas, não faz sentido marcar para o mesmo dia das nacionais.

Dissolvendo o parlamento regional nos próximos dias, há todas as condições para que o acto eleitoral seja mais cedo.

O desfecho desta crise não é prenda de Natal para ninguém, sobretudo quando os cidadãos já estão sobrecarregados com uma crise nacional e internacional, mas face à degradação da situação política em que estamos a viver na Região, nada melhor do que devolver o julgamento ao povo.

Que comece, então, a festa.

Terminou o ciclo António Costa.

Foram oito anos de muitas trapalhadas, com uma geringonça falhada e uma maioria absoluta desastrada.

António Costa sai pela porta pequena, envolvido em casos de polícia, podendo regressar ao activo se for ilibado das suspeitas, mas nunca se livrando do julgamento pelas más companhias em que teimosamente se envolveu.

No caso das Regiões Autónomas foi o pior primeiro-ministro que tivemos, batendo mesmo a arrogância de Cavaco e o desprezo de Passos.

Desenvolveu um cerco às Autonomias, sobretudo aos Açores, como vingança pela opção política aqui encontrada para governar os destinos da região nestes últimos três anos, mas já antes, com a governação do seu partido nos Açores, já tinha demonstrado a sua veia centralista e uma enorme falta de compromissos assumidos para com as nossas ilhas.

Esteve sempre mal acompanhado, sobretudo por Pedro Nuno Santos, que agora se prepara para o substituir, devendo a cópia ser pior do que o original, a julgar pelo que este ex-ministro fez aos Açores com as badaladas Obrigações de Serviço Público no transporte aéreo.

De Lisboa nunca tivemos bons ventos nos últimos anos e o cenário que se avizinha não parece perspectivar quadro diferente.

Os açorianos têm uma pesada responsabilidade nos próximos meses, que é escolher não só o futuro da governação regional, como também se pronunciar sobre quem deverá assumir os destinos de uma república madrastra nos últimos tempos.

É isto a Democracia. Siga, então, a segunda festa.

Acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais não é vínculo laboral

O Governo Regional dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM) esclareceu que os apoios extraordinários atribuídos às famílias açorianas para acompanhamento diário de alunos com necessidades educativas especiais não constituem “um vínculo laboral”.

O BE/Açores defendeu na Quarta-feira a integração nos quadros dos bolseiros ocupacionais que fazem um trabalho “muito importante” e de “grande responsabilidade” no apoio às crianças com necessidades educativas especiais.

Segundo o líder do BE açoriano, António Lima, os bolseiros ocupacionais “são trabalhadores, mas infelizmente não têm os direitos que têm os trabalhadores nos

Açores e no país”.

Agora, em comunicado, o executivo açoriano, através da Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais esclarece que “os apoios extraordinários dados às famílias açorianas” não constituem “um vínculo laboral”.

“As declarações do BE revelam desconhecimento relativamente à natureza do novo apoio criado pelo XIII Governo dos Açores, que é dirigido ao aluno e não constitui um vínculo de trabalho com a escola”, lê-se.

De acordo com a nota, “isso é rapidamente verificável pela inexistência de concurso e processo de candidatura a um posto de trabalho, uma

vez que a indicação decorre dos encarregados de educação”.

Para a Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais dos Açores, “a postura do BE revela, ainda, desrespeito pela natureza da relação laboral”, já que “foi criado um apoio extraordinário destinado a apoiar alunos com características muito específicas, que exijam particular atenção do docente”.

No comunicado é também referido que o número de pessoas apoiadas na região “foi aumentado para cerca de o triplo”, por comparação com os números verificados durante a anterior governação socialista.

O líder do BE/Açores, António Lima, indicou na Quarta-feira, na

cidade da Ribeira Grande, após reunir com um grupo de bolseiros ocupacionais, que só na ilha de São Miguel são contabilizados mais de 100 trabalhadores nesta situação.

“Este Governo [Regional] não pode dizer que acabou com a precariedade nas escolas e manter uma situação de precariedade a este nível, que é absolutamente inaceitável e inadmissível”, disse.

Para o líder bloquista nos Açores, os bolseiros ocupacionais “são trabalhadores e trabalhadoras que devem ter direitos e deveres e, neste momento, só têm deveres e estes deveres têm de ser devidamente compensados com um salário digno e com direitos”.